

“Pequena imprensa” e poder político: pensando os jornais locais como objeto e fonte de pesquisa

“Little press” and politics power: thinking about the local news as object and source of research.

Marcelo Cheche Galves (UEMA)

Mestre em História pela UNESP/Assis – SP

Resumo: este trabalho discute as possibilidades metodológicas em relação a utilização de jornais municipais na pesquisa histórica. O tratamento enquanto objeto, o período de eleições municipais, o cotidiano do noticiário e as relações de poder que envolvem a produção dos periódicos estão aqui priorizadas.

Palavras-chave: Jornais; Poder; Política; Município

Abstract: this work approaches the methodological possibilities concerning how to use municipal news at historic research. The treatment for it as object, the election period, the daily news and the relation of power that involves the production of these periods that it is emphasizing here.

Key words: News; Power; Politics; Municipality

1. Introdução

A imprensa brasileira exerce um papel fundamental na sociedade desde o primeiro quartel do século XIX, momento da gênese da opinião pública nacional (MOREL & BARROS,2003). No entanto, entre o estigma de fonte suspeita ou de repositório da verdade (CAPELATO,1988) esta fonte-objeto não mereceu maiores considerações no debate historiográfico brasileiro, mesmo nos anos subsequentes à 1931, período de significativas transformações na historiografia brasileira (IGLESIAS,2000).

Pertence às décadas de 60 e 70 as primeiras preocupações mais significativas quanto à tentativa de sintetizar a história da imprensa no Brasil (SODRÉ, 1966; BAHIA, 1972) e de compreendê-la como fonte e objeto para a pesquisa histórica (RODRIGUES et ali, 1970 e FREYRE, RAMOS & DUVERGER, 1970).

O debate no Brasil sobre a presença dos jornais no trabalho do historiador é parte constituinte do momento de mudanças na compreensão do documento e da própria concepção de História. A supressão de uma pretensa objetividade historista de submissão do historiador ao documento permitiu que expressões recorrentes como “deu no jornal é verdade” pudessem ser repensadas. Por outro lado, a compreensão da história como ciência em construção, passível de interpretações díspares a partir de fontes, abordagens e problemáticas diferentes, comprometeu o argumento da parcialidade dos jornais como empecilho para sua utilização na pesquisa histórica.

Sem desconsiderar o valioso debate sobre o jornal como objeto, este limita-se, grosso modo, aos jornais de grande circulação, o que contribui para que o pesquisador de pequenos jornais tenha sérias dificuldades em relação à referenciais metodológicos de pesquisa. Com base nesta premissa, é sugestiva a possibilidade de pensar o pequeno jornal como objeto de pesquisa e de arriscar algumas considerações a respeito.

2. A “pequena imprensa”¹

Embora Sodré (1966) tenha atribuído aos pequenos jornais uma maior independência, ele não se esqueceu de observar seu caráter de curta duração. Esta relação pode ser explicada pela própria estrutura econômica, educacional e política da grande maioria dos municípios brasileiros.

No entanto, a premissa da dependência financeira dos pequenos jornais em relação ao poder público pode servir como um ponto de partida que, a priori, tende a uma limitação do objeto de estudo. Se um jornal representa o grupo que detém o poder público,

¹ Embora esta denominação seja vaga é aqui utilizada como referência a jornais de cidades de pequeno e médio porte, com circulação restrita ao âmbito micro-regional.

do qual depende² num certo momento, concluir sobre o seu apoio às administrações municipais significa incorrer no óbvio. Para além desta associação mecânica é necessário pensar procedimentos metodológicos que superem obviedades aparentes colocadas em xeque no desenrolar da pesquisa, como, por exemplo, em momentos de cisões deliberadas entre jornais e grupos políticos, ou em outras circunstâncias em que a dinâmica do processo não se encaixa na “camisa-de-força metodológica” pré-estabelecida.

Caberia observar, nas páginas dos periódicos, como ocorre esta convergência pequenos jornais/poder público: repetições, omissões, personificações, enfim, de que modo a série de interpretações oferecidas acerca da realidade permitem a compreensão destas relações. Como se expressam os apoios? Sob quais sutilezas eles se demonstram? Quantos “não-ditos” eles sugerem? Em quais momentos são explícitos?

Sobre a questão da emergência de tensões na relação entre jornais e grupos políticos, as eleições municipais surgem como um campo aberto de possibilidades para reflexão acerca da dinâmica política local. O “acontecimento” eleitoral se sobressai em relação ao tempo da “normalidade”, não só pela especificidade do primeiro, mas pelo fato do segundo ser marcado por uma espécie de receita comum aos administradores públicos, que pressupõem o apoio dos jornais locais como condição para manutenção ou conquista de bons índices de popularidade, constituindo-se em anunciantes-patrocinadores fundamentais para a sobrevivência destas empresas.

O historiador francês Jean-François Tètu (1997) pintou em cores vivas um painel sobre o noticiário “normal” em jornais locais:

O que mais choca quando de uma leitura atenta das páginas locais é a ausência **quase** total de conflitos que, entretanto, constituem uma dimensão central da vida desses grupos, como se tudo o que é o objeto de uma disputa real de poder se encontrasse neles afastado em prol do espetáculo da concordância, que encontra nas manifestações culturais ou festivas, seu símbolo mais significante. Nessas páginas, a informação parece, desta forma, querer ser certificadora, demonstrativa, banalizante e promocional. (TÉTU, 1997, p. 435)

² Vale observar que a importância financeira de órgãos públicos para os jornais não é exclusividade dos pequenos periódicos, mas a chamada “grande imprensa” possui outros elementos de sustentação, como a tiragem e a diversidade de anunciantes públicos e privados.

Em relação ao “tempo das tensões”, as eleições municipais, ainda que comprometidas historicamente por fraudes e interrupções, são momentos de agudização do debate político e o ápice da emergência de querelas e de embates pelo poder. Evidentemente, a forma como a imprensa se coloca perante o processo eleitoral não o explica, tampouco é possível compreender os jornais como determinantes no quadro de ação política, quer eleitoral, quer no seu cotidiano. Ao contrário, um olhar inicial aponta para uma supervalorização deste veículo em relação ao poder político que efetivamente possui.

Em pesquisa realizada sobre a imprensa no município de Avaré, município do interior do Estado de São Paulo (GALVES, 2000), é possível perceber a movimentação dos jornais em períodos eleitorais. Nas eleições municipais de 1988, por exemplo, a polêmica sobre a legalidade da candidatura de Joselyr Benedito Silvestre (PDT), oposição ao governo local e grande favorito nas pesquisas de opinião, ocupou posição de destaque no jornal *O Avaré*, principal periódico do município.

Este novo elemento reorientou a postura do jornal que, embora mantivesse o apoio à administração local (entre 15/07 e 15/11/1988 o jornal referiu-se de maneira elogiosa ao prefeito Paulo Dias Novaes em 55 ocasiões, eximindo-o de críticas), simplesmente ignorou a candidatura de Lourenço Gomes Henriques (PMDB), apoiada pelo prefeito. Durante o período pesquisado, o nome de Lourenço Gomes Henriques foi absolutamente ignorado pelo jornal. Os 48,46% de votos brancos e nulos, ocorridos em grande parte pela impugnação da candidatura de Joselyr Benedito Silvestre, ajudam a compreender a delicada situação da imprensa local neste momento.

A emergência de rupturas entre os jornais e as oligarquias locais também compõe o histórico de suas relações, constituindo as páginas dos periódicos uma referência para a compreensão de aspectos que envolvem a dinâmica desta interdependência. Novamente recorrendo aos estudos realizados sobre o município de Avaré (GALVES, 2000), as eleições municipais de 1992 foram marcadas pela candidatura à prefeito de Luís Carlos Vilhena, novo proprietário do jornal *O Avaré*, apresentado como *modernizante e a-político*.

À pergunta formulada por Francisco Weffort: jornais são partidos? (1984), Luís Carlos Vilhena respondeu sim. No período eleitoral seu jornal fez 35 alusões elogiosas à sua candidatura, reservando espaços generosos para crítica a seus sete adversários. O jornal também apresentou pesquisas de opinião que indicavam sua vitória a apenas três dias do pleito. A significativa derrota sofrida (foi apenas o quinto colocado) foi absolutamente omitida pelo jornal.

Constatações como estas podem ser objeto de reflexão quanto ao efetivo papel cumprido pela imprensa local: Qual é sua relevância no debate político local? Qual é a relação entre tiragem e credibilidade? Ter o apoio da imprensa local significa maiores índices de aceitação popular para o administrador público?

Embora estas considerações possam levar a um aparente caminho de mão única, onde as conexões seriam analisadas apenas a partir do ponto de vista do jornal, a compreensão do conteúdo veiculado enquanto espaço das relações entre jornais e políticos caracteriza-se como recusa à perspectiva unilateral. As pressões financeiras do poder público; a capacidade dos periódicos em criar fatos; a supremacia e o poder de barganha de um e outro em momentos específicos, se expressam na forma como os periódicos abordam os mais variados temas, cabendo ao historiador a possibilidade de desconstruir estes textos, de modo a perceber os elementos de sua composição.

Assim, é possível trabalhar a noção de poder nestas relações de um modo distinto do tradicional, ou seja, do poder sob o ponto de vista do Estado (FALCON, 1997). Esta premissa, no entanto, não implica a opção igualmente unilateral de compreendê-lo sob o ponto de vista dos jornais, o que significaria, por exemplo, causalizar seu conteúdo como mera representação dos interesses pessoais dos seus proprietários. Um jornal pertencente a um industrial defenderia a indústria, o pertencente a um fazendeiro defenderia a agricultura..., independentemente das relações que o cercassem.

Para além de uma discussão se o que está veiculado nos jornais é “verdade” ou não, é preciso compreender o jornal como um documento que não tem o seu valor diminuído pelo “grau de veracidade” que seu conteúdo expressa. É exatamente este elemento presente no jornal, representativo de suas opções e gerador de controvérsias, que aguça o pesquisador a buscar as razões que levam a tais procedimentos, a compreender a

leitura proposta pelos interesses econômicos e políticos, aliada às necessidades de mercado³, ou em outras palavras, “o que o público quer ler”:

As notícias, uma vez constituídas enquanto tais, retornam ao público e são, então, diferentes dos fatos que lhe deram origem, guardando deles alguns aspectos, mas não a sua totalidade. Constituem-se em outros fatos alterados pelos instrumentos da imprensa.(SILVA,1999, p.2)

A desconstrução do conteúdo veiculado é o que permite a identificação do discurso. Esta busca é denunciadora de um espaço onde se travam relações de poder e que embora vistas aqui da “superfície”, ou seja, a partir dos textos publicados, permitem ao pesquisador aventurar-se na compreensão destas engrenagens..

3. Considerações finais

O trabalho de pesquisa com a “pequena imprensa” possui um potencial ainda a ser explorado. Em meio às recorrentes queixas dos historiadores em relação às péssimas condições de preservação da documentação de pequenas cidades, um olhar cuidadoso sobre os jornais pode permitir a reconstrução de cenários e de relações de poder imprescindíveis para a compreensão de dinâmicas locais. Por fim, as relações políticas que caracterizam o espaço de circulação destes periódicos são compostas por outras variáveis que precisam ser consideradas: comportamento eleitoral; tradição política; relações de lideranças municipais com outras instâncias de poder e as “reações” locais mediante acontecimentos estaduais e nacionais. Enfim, o jornal e sua relação com o contexto político: nem limitado à reflexividade, tampouco cultuado como impulsionador de ações.

Referências

BAHIA, J. **Jornal: história e técnica**. São Paulo: IBRASA, 1972.

³ Embora presente com menor intensidade nos jornais de pouca circulação, a questão mercadológica e a incidência da opinião pública sobre os periódicos constituem-se em temáticas a serem discutidas pela historiografia brasileira. Em relação a estes temas, pensados a partir de grande veículos impressos de comunicação: Ver (JOSÉ, 1988)

CAPELATO, M.H.R. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FALCON, F. “História e poder” in: CARDOSO, C.F. & VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, pp.61-89.

FREYRE, G. , RAMOS, A. & DUVERGER, M. **A imprensa como objeto de estudos das Ciências Sociais**. São Paulo: ECA-USP, 1970.

GALVES, M.C. **Jornais e políticos no município de Avaré**. Dissertação de Mestrado apresentada à FCLA, Universidade Estadual Paulista. UNESP: Assis,2000.

IGLESIAS, F. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro:Nova fronteira,2000.

JOSÉ, E. **Imprensa e poder: ligações perigosas**. Salvador: UFBA, 1996.

MOREL, M.& BARROS, M.M. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RODRIGUES, J. H. et ali **A imprensa como fonte histórica**. São Paulo: ECA-USP, 1970.

SILVA,A.C.T. da **Juventude de papel: representação juvenil na imprensa contemporânea**. Maringá: Eduem, 1999.

SODRÉ, N.W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TÉTU, J.F. “A informação local: espaço público local e suas mediações” in: MOILLAUD, M. & PORTO, S.D. (orgs.) **O jornal, da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997, pp. 431-448.

WEFFORT, F. “Jornais são partidos?” in: **Revista Lua Nova**, Rio de Janeiro, jul/set, 1984, pp.37-40, v.1,nº 02.